



AVALIAÇÃO DO RENDIMENTO ESCOLAR NA REVISTA BRASILEIRA DE ESTUDOS PEDAGÓGICOS

Dilmar Kistemacher – UNISINOS

CAPES/INEP

Resumo: O artigo analisa a questão do rendimento escolar e da avaliação a partir de artigos que foram publicados na Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos. O recorte temporal abrange o período que se estende de 1944, ano de fundação da Revista, até o ano de 1964, momento da ruptura política no Brasil com o golpe civil-militar. Analisa-se o processo social e histórico de construção de princípios pedagógicos para a educação, especialmente, no que se refere às dimensões investigadas. Constatou-se a partir dos artigos que a escola, enquanto instituição sistemática e moderna, deveria trabalhar para atingir, de modo eficiente, os seus fins e objetivos.

Palavras-chave: História da educação, rendimento escolar, avaliação da educação.

Introdução

Este trabalho apresenta os resultados parciais de pesquisa mais ampla que vimos realizando sobre a problemática do rendimento escolar e sua avaliação no Brasil, dos anos de 1930 aos dias atuais. Foram utilizadas fontes históricas de tipo documental. Este texto trata de parte da investigação que tomou como fonte os artigos publicados pela Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos (RBEP), tendo como recorte temporal o período de 1944, ano da fundação do periódico, até o ano de 1964, momento da ruptura política no Brasil, quando da deflagração do golpe civil-militar. No centro do estudo estão as concepções sobre avaliação e qualidade da educação expressos nos artigos da RBEP, que foram selecionados da Seção *Ideias e Debates*, conquanto a Revista tenha sido considerada como produto de um contexto social mais amplo e estudada à luz da conjuntura histórica em que se encontrava inserida.

O interesse pela qualidade da educação, aplicado ao rendimento escolar dos alunos nos distintos níveis de ensino, especialmente da rede pública, se insere no contexto das mudanças político-econômicas e sócio-culturais experimentadas no Brasil desde a República Velha. Tais mudanças influenciaram tanto as políticas públicas, quanto a compreensão sobre a qualidade

do ensino e, portanto, sobre os processos de avaliação do sistema educacional brasileiro, com destaque maior na atualidade, através dos processos de avaliação de larga escala.

As concepções sobre a educação escolar são resultado de um conjunto complexo de valores e interesses sociais, sendo culturalmente elaboradas e difundidas pela sociedade numa determinada conjuntura histórica. Nessa perspectiva, os artigos da RBEP foram tomados como discursos de um “sujeito coletivo”, situados no seu contexto de produção.

Sob o ponto de vista metodológico, optamos por trabalhar com a metodologia histórico-crítica, procurando articular texto e contexto, analisando os documentos históricos que se constituíram em fontes para nosso trabalho numa perspectiva dialética. Assim, a consideração do cenário histórico foi fundamental para que os textos que investigamos pudessem ter sentido e permitir uma compreensão adequada do assunto que estudamos.

O contexto sócio-histórico e educacional

O período investigado abarca os anos de 1944 a 1964. Ele compreende o término do Estado Novo e se estende até o golpe civil-militar. Ele significou, apesar dos limites dados pela conjuntura política e social, uma experiência democrática da história brasileira. Outrossim, foi o momento do populismo, política que visou conciliar os interesses da burguesia e as reivindicações dos trabalhadores operários. Boito Jr. (1982) afirmou que a política e a ideologia populistas são, até o presente, uma realidade atuante na formação social brasileira. Ele seguiu afirmando que “o que ocorre é que, no período 1930-1964, é o único período da história do Brasil no qual a política populista afirma-se como elemento específico definidor da política de desenvolvimento do Estado (burguês) brasileiro” (p. 21).

A conjuntura política, econômica, social e cultural instaurada após a revolução de 1930 fortaleceu o sentimento de nacionalidade no Brasil. Esse sentimento estava vinculado ao desejo de garantir a autonomia do país, via o desenvolvimento econômico de base industrial. Vargas foi conduzido ao poder por grupos heterogêneos, que aspiravam a diferentes interesses. Sua habilidade política de realizar concessões aos diferentes grupos manteve-o no poder. Mas essa política de “favorecimentos” foi paulatinamente acirrando o radicalismo dos diferentes grupos. Diante das reivindicações, que se tornaram freqüentes, Vargas criou a Lei de Segurança Nacional, a fim de neutralizar as manifestações tanto dos operários, quanto da oposição política.

O projeto de desenvolvimento econômico via industrialização, visto como mecanismo propulsor das mudanças econômicas e sociais, encontrou apoio das camadas médias, das Forças Armadas e dos empresários. Mas a burguesia industrial não tinha capital para investir na sua implantação. O foco econômico passou a ser a industrialização do Brasil. O ensejo de substituir a economia de importação pela produção interna e, ainda, a nacionalização das indústrias estrangeiras, esteve presente na proposta política do governo Vargas. Apesar da defesa da indústria nacional houve, ao lado do governo brasileiro e de grupos econômicos nacionais, investimentos por parte do governo norte-americano.

O incremento dos investimentos na indústria nacional, embora representasse a possibilidade de um desenvolvimento autosustentado, favoreceu a monopolização interna da economia nacional. Contudo, Mendonça (1995) aponta que as mudanças, até então apresentadas, “não teriam sido possíveis [...] sem a participação daquele que foi o elemento chave da industrialização brasileira do período: o Estado” (p.41). Este período foi essencialmente marcado por um dirigismo econômico, afiançado por meio de políticas públicas.

A expansão industrial e o processo de modernização e urbanização do país implicaram o rearranjo do mundo do trabalho, era preciso uma legislação trabalhista que se impusesse a fim de controlar a crescente massa de trabalhadores operários que vinha exigindo melhores condições de trabalho e de remuneração e reivindicando melhores condições de vida. Assim, a política trabalhista exerceu papel fundamental no sentido de assegurar o “status” do governo central junto aos trabalhadores. Isto foi possível através da publicação de leis trabalhistas, que culminaram, em 1943, com a CLT (Consolidação das Leis do Trabalho), e ainda, com a construção simbólica, através dos meios de comunicação, do presidente Vargas como “pai dos pobres”. As leis então promulgadas representaram, de um lado, certas reivindicações dos trabalhadores e, de outro, favoreceram o controle por parte do Estado, que foi assegurado pelo imaginário social construído a partir da política trabalhista e da propaganda oficial, a fim de dar legitimidade às ações adotadas pelo Estado.

A gestão de Gustavo Capanema no Ministério da Educação contribuiu para atenuar o impacto das medidas autoritárias adotadas pelo governo central, no período do Estado Novo. Nesta direção se faz necessário compreender de que forma as instituições e os aparelhos do

Estado foram usados na construção da “nova ordem”, seja pelo consenso, seja pela coerção, e, neste sentido, o papel então destinado à educação nacional.

A ação de Capanema foi fundamental na elaboração de um projeto político para a educação brasileira. A política adotada pelo Estado trouxe implicações não apenas na afirmação de uma estrutura reguladora para o sistema educacional, seu teor abrange também a formação de quadros de interesse do Estado, a preparação da força de trabalho e ainda a construção de uma identidade nacional coletiva.

O período que sucedeu o Estado Novo até o golpe de 1964, foi denominado pela historiografia de “Experiência Democrática” e/ou de “Populismo”. Ele representou, para a história nacional, apesar da fragilidade política e social, o momento em que diversos atores sociais passaram a atuar, de modo mais amplo, na luta pela democracia e pelo desenvolvimento econômico e social do país. A análise realizada por Freitag (1986) sobre este período é emblemática. A autora afirmou que,

A fase que vai de 45 até o início dos anos 60 corresponde à aceleração e diversificação do processo de substituição de importações. Ao nível político, sua expressão mais perfeita é o Estado populista-desenvolvimentista, que representa uma aliança mais ou menos instável entre um empresariado nacional, desejoso de aprofundar o processo de industrialização capitalista, sob o amparo de barreiras protecionistas, e setores populares cujas aspirações de participação econômica (maior acesso aos bens de consumo) e política (maior acesso aos mecanismos de decisão) são manipuladas tacitamente pelos primeiros, a fim de granjear seu apoio contra as antigas oligarquias (p. 55).

O período que se inicia em 1946, dentro dos limites apontados por Freitag, representou um novo momento que teve, na direção nacional, os presidentes Eurico Gaspar Dutra, João Fernandes Campos Café Filho, Juscelino Kubitschek de Oliveira e João Belchior Marques Goulart. O contexto histórico de 1946 a 1964 foi marcado pela instabilidade política e social que se agravou a cada novo governo. Ele foi palco de conflitos e alianças entre os partidos políticos, que disputaram a supremacia do governo central.

O período, então, que se estendeu do fim do Estado Novo até o momento do golpe civil-militar foi caracterizado, de um lado, por um crescimento econômico acelerado, tanto da indústria pesada, quanto da de bens duráveis. E, de outro, por problemas sociais de diversas ordens. Ele representou igualmente momentos de permanências e de mudanças, seja em relação ao mercado econômico, seja em relação à regulação da força de trabalho. Ele foi,

ainda, a “experiência democrática”, situada entre distintos regimes autoritários. Neste contexto sociohistórico a Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos desempenhou um papel significativo para a educação brasileira.

A defesa da industrialização, como garantia de desenvolvimento econômico-social e de autonomia do país, amparava-se na ideia de que a indústria seria capaz de multiplicar a oferta de empregos e assim construir o caminho para a realização da sociedade do bem-estar. Este ideal influenciou a política educacional adotada pelo governo central, uma vez que se fazia imprescindível munir a indústria com mão-de-obra qualificada, a qual seria atendida mediante a formação de quadros técnicos. Assim, ficou estabelecido o discurso recorrente de desenvolvimento nacional, de progresso e de superação dos problemas sociais, via escolarização.

Em sua análise, quanto aos limites da política educacional adotada pelo governo central durante o período, Rodrigues (1987) afirmou que,

[...] a apreensão do que é ‘funcional’ aos interesses dominantes implica o desenvolvimento das funções específicas que a escola brasileira foi chamada a assumir, no contexto particular da penetração e do avanço das relações capitalistas no país, atendendo às exigências da ordem econômico-social que se consolidava (p.14 ss).

Em relação à política educacional adotada para o período, grosso modo, pode-se dizer que ela naturalizou o ideário político e econômico por meio de valores e princípios difundidos na sociedade, ou seja, o projeto nacional-desenvolvimentista, este sustentado a partir do discurso da modernização e democratização do país. O cenário nacional foi marcado, também, por diversos conflitos que expuseram, em alguma medida, os diferentes interesses políticos e ideológicos em relação à educação. Destacamos aqui o conflito que se estabeleceu em torno da defesa da escola pública e gratuita versus escola privada. Este conflito ficou expresso nos dois projetos-de-lei da LDB apresentados à Câmara.

A nova conjuntura, que se estabeleceu desde o governo de Getúlio Vargas, ensejou não só uma reorganização política e econômica do país, mas também uma reorganização da escola. Esta não poderia permanecer com as mesmas funções do período anterior. Assim, foram realizadas reformas educacionais, iniciadas no governo de Vargas e que se estenderam posteriormente a ele. As reformas educacionais atenderam, em especial, às intenções do projeto de desenvolvimento econômico brasileiro. O objetivo primordial era a formação de

quadros técnicos que o país necessitava para garantir o sucesso deste projeto. O sentido pragmático que foi conferido à educação, principalmente pela formação de mão-de-obra, como por exemplo, os cursos técnicos e profissionalizantes, que puderam, em alguma medida, responder à demanda social e econômica que se estabelecia.

As reformas empreendidas no contexto examinado encontraram correspondência com o modelo societário vigente. Neste sentido, Nogueira (1991) afirmou que,

O estudo da história da educação nesse período informa que o Estado se apoiava na ideologia da Escola Nova, enquanto dava respaldo à política populista e nacional-desenvolvimentista, mas, por outro lado, atendia ao setor privado, religioso e laico, enquanto mantenedores do dualismo e dos elementos de controle do meio social (p. 159).

A RBEP e a construção de princípios educacionais

A fundação da Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos ocorreu durante a vigência do regime ditatorial do Estado Novo. O lançamento do periódico, provavelmente, esteve relacionado a uma possível mudança nas diretrizes políticas do regime de exceção vigente, no sentido de uma abertura para a liberdade de expressão. Em junho de 1944, é editado o primeiro número da Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos - RBEP. Ela surgiu sete anos após a criação do INEP, como uma sugestão do ministro Gustavo Capanema ao professor Lourenço Filho, seu primeiro diretor. Em sua análise sobre a Revista, Brito (2008) enfatiza que Lourenço, assim como Anísio Teixeira e Fernando de Azevedo, “tinha a percepção nítida da eficácia de instrumentos editoriais para a divulgação de ideias e formação de um pensamento criativo, transformador” (p. 33).

Em seu discurso, impresso na “Apresentação” do primeiro número da Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, o Ministro da Educação Gustavo Capanema afirmava que a ela, entre outros objetivos, pretendia “fixar, à luz dos princípios gerais hoje indiscutíveis [...], os conceitos e normas especiais que devam reger o nosso trabalho nos vários domínios da educação” (id ib). Certamente, a Revista contribuiu para a formação de uma mentalidade pública acerca da educação.

Sob a liderança de Anísio Teixeira o Instituto passou a focalizar seu trabalho no âmbito da pesquisa educacional. Anísio defendia, entre outras coisas, que a educação deveria atender às demandas de modernização do país e servir como instrumento da democracia. Dois

textos de Anísio Teixeira, “*Discurso de Posse*”, no Inep em 1952, e “*A administração pública brasileira e a educação*”, de 1956, respectivamente, versam sobre os princípios que norteariam o Instituto como centro de pesquisa e sobre o papel do Estado em relação à educação. Ele soube explorar produtivamente o que Mendonça (2008) chamou “de caráter híbrido do órgão, transformando o INEP em uma espécie de miniministério no interior do próprio MEC [...]” (p. 112).

Nesta direção Moraes (2008) afirmou que,

[...] apesar das mudanças de direção, de objetivos e de políticas pelas quais passou o Inep, e ainda que, por motivos casuísticos, às vezes, tenha exercido o papel de executor de políticas públicas, o Instituto nunca abandonou suas funções primordiais de documentação, pesquisa e disseminação de informações educacionais (p. 9).

No tripé da vocação do Instituto, pesquisa, documentação e disseminação, a RBEP exerceu um papel singular na disseminação de concepções e valores relacionados ao rendimento escolar, à avaliação e à qualidade da educação brasileira. E, a partir do reconhecimento de que a Revista exerceu esse papel, debruçamo-nos sobre ela, a fim de analisar os artigos, buscando articular texto e contexto, para realizar inferências sobre os discursos produzidos e disseminados à época.

Gandini (1990) apontou que foram muitos os elementos que constituíram a conjuntura de criação da RBEP e a sua linha editorial. Entre os diversos elementos destacam-se as características pessoais e políticas, tanto de Lourenço Filho, quanto de Capanema e, ainda, a conjuntura social e política do período.

Apesar de a Revista não apresentar o nome do editor, no período que se estende da fundação do periódico, 1944, até o ano 1965, ela preservou uma linha editorial. A suposta pluralidade de concepções pedagógicas foi restringida pela expressão de “colaboração, sempre solicitada”. Nesta direção, o referido autor lembrou ainda que “o termo ‘solicitada’ aparece até 1966. Mesmo quando a palavra ‘solicitada’ é retirada do texto, não é apresentado na Revista nenhum procedimento para que o leitor envie artigos” (p.195). Somente a partir do ano de 1983 apareceram na revista os procedimentos e as normas para a submissão de artigos.

A estrutura da Revista foi dividida em cinco seções primárias, a saber, Editorial; Ideias e Debates, principal seção, em que eram publicados artigos, conferências, palestras;

Documentação, que publicava relatórios de pesquisa, relatórios de exposições e de congresso, etc.; Vida Educacional e Atos Oficiais. E quatro seções secundárias, Informações dos Estados; Informações do Estrangeiro; Bibliografia e Através das Revistas e Jornais. No ano de 1960 foi inserida a seção secundária: Notas para a História da Educação, inaugurada com a republicação do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova e, excluída, por sua vez, a seção Vida Educacional.

A RBEP foi certamente tribuna para a defesa da escola pública e dos ideais de intelectuais vinculados a Anísio Teixeira. É conveniente lembrar que, até o ano de 1983, a Revista publicava somente artigos solicitados, o que evidencia a sua linha editorial. Nesta direção, Freitag (1986) enfatiza que “[...] toda conceituação de educação é necessariamente uma estratégia política” (p.40). Seguramente, podemos dizer que as concepções apregoadas pela Revista desempenharam uma liderança moral e intelectual e, ainda, exerceram uma influência sobre a política educacional brasileira. Dito de outro modo, os discursos da RBEP foram legalmente sancionados pela instituição abalizadora, o INEP.

O problema do rendimento escolar: princípios e sentidos

Os artigos, então, publicados na seção “Ideias e Debates”, principal seção da Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, constituíram-se como fonte principal para a investigação que foi desenvolvida. A escolha desta seção, em detrimento das outras, se deu em virtude de reconhecê-la como arena privilegiada para a divulgação das concepções pedagógicas e políticas sobre a avaliação e a qualidade da educação brasileira.

A seleção dos artigos analisados envolveu três passos, tomando como referência a opção metodológica adotada para a pesquisa. O primeiro passo envolveu o levantamento da quantidade de artigos publicados pela Revista na seção “Ideias e Debates”, a partir dos sumários das revistas, no período que corresponde os de 1944 a 1964. O segundo compreendeu o arrolamento dos artigos que, de alguma forma, abordaram a temática investigada e, o terceiro, por sua vez, consistiu na leitura e seleção dos artigos que, naquele momento, representaram o corpus mais significativo para a análise.

A quantidade de artigos publicados pela Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, na seção *Ideias e Debates*, no período delimitado, é da ordem de 480 (quatrocentos e oitenta). A quantidade de artigos que versam sobre o objeto de pesquisa, avaliação e qualidade da

educação, segundo nossa apreciação, é da ordem de 60 (sessenta) e, os artigos escolhidos e analisados, nesta pesquisa, são da ordem 8 (oito). Apresentamos a seguir duas tabelas que informam os elementos fundamentais dos artigos selecionados e de seus autores.

Dos artigos analisados, iniciamos destacando a concepção dominante de escola, ou seja, a escola como instituição sistemática e moderna deveria trabalhar para atingir, de modo eficiente, seus fins e objetivos. Ela foi construída para apresentar resultados, e resultados positivos. Portanto, concluímos que o rendimento escolar era não só um desejo, mas um princípio estabelecido para a escola. Caso ela não apresentasse eficientemente os resultados considerados satisfatórios era preciso realizar intervenções políticas e pedagógicas, a fim de corrigir eventuais falhas no sistema de ensino.

A universalização da escola, para alguns autores, em resposta aos princípios da democracia, resultou em diversos problemas educacionais, principalmente o problema do baixo rendimento escolar. Segundo esta compreensão os problemas decorriam em função das diferenças naturais e/ou culturais dos alunos. No entanto, a democratização do ensino a todos os segmentos sociais representou o anseio em formar “bons cidadãos” e “bons trabalhadores”, para garantir o progresso econômico e social da nação.

Seguimos nossas sínteses, considerando o fato de a escola, em última instância, ter como fim promover o rendimento escolar e que este se apresentava, naquele contexto, como o principal problema da educação, conforme fora explicitado por Pinheiro (1948). Destacamos que foi defendido, de modo geral, pelos autores, que o diagnóstico era fundamental, mais ainda, era preciso para verificar o problema do rendimento. O rendimento escolar estava relacionado não só às aptidões dos alunos, mas também às práticas dos professores e, ainda, para alguns, relacionado aos diversos fatores sociais, econômicos e políticos e culturais.

O rendimento, bem como o aproveitamento escolar, decorriam das diferenças naturais e culturais dos alunos, e fazia-se necessário mudar os princípios e os métodos de ensino, sem prejuízo da qualidade da educação. Portanto, por meio do diagnóstico da realidade escolar poderiam ser estabelecidos programas adequados atendendo as diferenças dos alunos. Essa premissa acabou por impulsionar diversas propostas político-pedagógicas, das quais destacamos as de homogeneização de classes, e a instrução programada, defendidas por Pinheiro (1948) e por Hegenberg (1964), respectivamente.

Assim, destacamos o diagnóstico escolar como um dos elementos de síntese, pois ele não foi somente defendido como imprescindível para avaliar o problema do rendimento, mas também da realidade escolar. Portanto, o diagnóstico preciso do aproveitamento dos alunos deveria primar pela precisão e segurança, a fim de aferir o mais verossímil possível os problemas da educação e dessa forma estabelecer, conforme defendido por Hall (1946), padrões curriculares de acordo com as necessidades dos alunos.

O diagnóstico preciso do rendimento escolar e do aproveitamento dos alunos seria garantido pela objetividade dos exames. Registramos que o diagnóstico eficiente seria plausível em função do extraordinário desenvolvimento que havia ocorrido nos métodos quantitativos e qualitativos de avaliação, conforme observado por Hall (1948). Uma vez diagnosticado o problema do aproveitamento do aluno e do grau de domínio deste no que se refere ao conteúdo por ele estudado, seria possível não só a correção, mas também a sua prevenção e, ainda, tão importante quanto, seria possível o aperfeiçoamento dos professores, dos métodos e das práticas de ensino.

Cabe mencionar em relação ao diagnóstico que por meio deste, foi verificada a relação que existia entre o aproveitamento do aluno e o trabalho desenvolvido pelos professores, seja em função dos valores destes, seja em função de sua má formação, recebida nas escolas que preparavam os professores. E, ainda, o respaldo ao emprego do diagnóstico escolar se justificava em função dos gastos públicos gerados pelos problemas educacionais.

Intimamente relacionado ao diagnóstico os exames escolares representam uma das sínteses que extraímos dos artigos. Em relação a eles, iniciamos destacando que Macedo (1946) afirmou, segundo pensadores da época, que tudo o que existia e em certa quantidade era passível de ser medido. Dessa premissa sustentou a autora que os exames sempre existiram; os métodos e os instrumentos para realizar a avaliação é que haviam mudado.

Os exames, a fim de cumprir seus objetivos, deveriam ser construídos segundo os critérios da objetividade e da cientificidade. Portanto, eles deveriam ser padronizados, possuir boa técnica, medir com precisão o rendimento escolar, quantificar os resultados aferidos e mensurar estes a partir dos princípios da estatística. Esta mensuração quantitativa deveria apresentar precisão quanto aos resultados aferidos pelos exames.

Ainda em relação aos exames, podemos afirmar que foi emblemática a proposta de disseminação das provas padronizadas como o instrumento mais preciso para verificar o aproveitamento dos alunos e a qualidade do ensino. Neste sentido, foi criticado o modelo tradicional de provas, calcadas na apreciação subjetiva dos professores, que representava uma medida muito variável, ou seja, imprecisa quanto aos seus objetivos. A fim de superar a subjetividade das provas tradicionais, foi defendido pelos articulistas, como Hildebrand (1945) que, mesmo tendo negado a eficácia dos exames, nas condições apresentadas, “não supomos desnecessária a avaliação freqüente e segura dos resultados de ensino” (p. 54).

Portanto, podemos afirmar que foi unânime a defesa dos exames padronizados, segundo o modelo científico vigente no período estudado. Estes testes “tipo-padrão” deveriam apresentar os seguintes critérios: objetividade, validade, confiança e seletividade. Assim construídos eles poderiam diagnosticar o aproveitamento dos alunos e a qualidade do ensino e, ainda, afiançar, a longo prazo, uma educação adequada e de qualidade.

Quanto aos exames, podemos dizer que, em grande medida, incorporaram as concepções e os princípios oriundos das áreas da biologia, da psicologia e da estatística, como valores imprescindíveis para a educação ou, ainda, que ela apresentasse resultados positivos quanto aos seus fins. Cabe, também, mencionar dois aspectos que emergiram dos artigos, a saber, que os exames padronizados representavam uma diminuição dos gastos públicos e que a avaliação da educação deixava de ser uma tarefa periférica e passava a assumir um caráter sistemático e profissional.

Da avaliação subjetiva à avaliação objetiva, a padronização dos exames passou a ser defendida como um instrumento eficaz não só para diagnosticar os problemas educacionais, como o do rendimento, mas também como possibilidade de assegurar a qualidade da educação nas escolas. Dessa premissa destacamos três propostas político-pedagógicas apregoadas para a educação, a saber, a “homogeneização de classes”, a “promoção automática” e a “instrução programada”, as quais tomamos como sínteses integradoras dos artigos analisados.

No que se refere à homogeneização de classes, primeiramente destacamos que, para alguns autores, ela iria resolver o problema do aproveitamento do ensino, este causado pelas diferenças naturais e culturais dos alunos que se encontravam em classes não segregadas. O

problema do rendimento decorreu, segundo Hall (1946), da universalização democrática do ensino. Em seguida destacamos que ela seria realizada segundo o aproveitamento dos alunos, este verificado objetivamente pelos testes de inteligência e de escolaridade.

A homogeneização iria evitar o problema do rendimento, pois em turmas organizadas de acordo com as aptidões e condições, os alunos iriam aproveitar melhor o ensino, e evitaria, para os mais “bem-dotados”, o desenvolvimento de hábitos negativos. Neste sentido, Pinheiro (1948) relatou a pesquisa desenvolvida por Anísio Teixeira o qual, diante do problema do aproveitamento escolar, havia proposto, segundo a autora, “a reunião dos alunos em classes por suas identidades” (p. 97). Ademais, para Wilson (1954) uma classe única funcionava como um bom “instrumento de educação social” (p. 59).

Quanto à “promoção automática” destacamos dois aspectos fundamentais. O primeiro foi a defesa da promoção como estratégica para resolver o grave problema da reprovação e as suas piores consequências, a evasão e retenção escolar. O segundo aspecto foi a importação do modelo britânico de promoções. Neste sentido, Almeida Jr (1957) afirmou que, para obter melhores resultados na educação, a promoção automática deveria ser acompanhada de outras medidas, das quais ele destacou: o aumento da escolaridade, o cumprimento da obrigatoriedade do ensino, o aperfeiçoamento dos professores, a mudança na concepção de ensino e a revisão dos programas, bem como dos métodos avaliativos.

A promoção poderia ser realizada pelo critério da idade cronológica do aluno e, também, por intermédio dos testes padronizados que poderiam verificar o seu aproveitamento. Assim, ela contribuiria para a formação de turmas mais homogêneas, que, por sua vez, iriam melhorar o rendimento escolar e diminuir assim os custos sociais, tanto para o aluno quanto para o sistema de ensino. Portanto, nas palavras de Almeida Jr (1957), “a promoção automática se imporá como coroamento da excelência da escola e sintoma de maturidade do povo que mantém a instituição”(p.14).

A instrução programada, defendida por Hegenberg (1964), sustentava que poderia garantir o rendimento escolar desejado, desde que fossem seguidos os passos “programados” no planejamento. Segundo Hegenberg a instrução programada poderia uniformizar os conhecimentos de todos mediante a seleção dos alunos de acordo com o seu aproveitamento, que seria verificado objetivamente pela avaliação programada. De modo emblemático

podemos dizer que o autor expressou a visão instrumentalista da educação do contexto analisado.

Finalizamos, mas não encerramos em definitivo, nossas inferências e análise sobre as concepções e os princípios divulgados pela RBEP por intermédio dos artigos que foram aqui analisados. Outros elementos dos discursos poderiam ser contemplados como sínteses integradoras sobre as dimensões da educação por nós estudadas, porém, neste momento, as destacamos como ingredientes que, em alguma medida, repercutiram no âmbito das políticas educacionais estabelecidas no contexto estudado e, também, nas práticas pedagógicas realizadas nas escolas.

Considerações finais

O estudo empreendido sobre a avaliação e a qualidade da educação a partir de artigos publicados pela Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, no período que se estendeu desde a fundação da mesma em 1944, até o golpe civil-militar em 1964, permitiu identificar, a partir da análise do texto-contexto, alguns princípios e concepções que foram divulgados pela imprensa pedagógica oficial. A RBEP contribuiu para a disseminação de valores que encontravam correspondência com a conjuntura mais ampla da sociedade, ou seja, com o projeto de desenvolvimento econômico e social do país, via ampliação da indústria nacional.

As condições concretas do contexto estudado, geradas pelo processo histórico, favoreceram o desenvolvimento de concepções pedagógicas que estiveram alinhadas ao projeto nacional desenvolvimentista de base capitalista e, dessa forma, a modernização da escola serviu, em grande medida, como instrumento privilegiado para viabilizar este projeto. Assim, a educação foi tomada como um fator determinante para o desenvolvimento econômico, social e cultural do país. Neste sentido, a Revista foi fundamental para difundir valores e princípios pedagógicos que corresponderam, em certa medida, ao modelo de sociedade vigente no período. Portanto, podemos dizer que os discursos dos artigos analisados evidenciaram as práticas pedagógicas, sociais e culturais de seu contexto de produção.

Dentre as concepções pedagógicas produzidas e apregoadas pela Revista destacamos a visão mecanicista e tecnicista da educação. Estas ficaram evidenciadas, entre outras propostas pedagógicas, pela adoção da “instrução programada”, defendida por Hegenberg (1964), como

o instrumento privilegiado para garantir o sucesso do aproveitamento escolar por parte do aluno.

A visão instrumentalista e tecnicista da educação fundamentou-se no pragmatismo e na psicologia aplicada à educação. Estes princípios foram considerados essenciais para melhorar a qualidade do ensino e o aproveitamento dos alunos. Isto ficou expresso na defesa do diagnóstico do rendimento escolar, ou ainda, do principal problema da educação, o rendimento escolar, conforme afirmado por Pinheiro.

Os indicadores de qualidade, do contexto estudado, foram construídos com base no modelo científico e nos princípios da estatística. Eles ditaram o modelo ideal, ou desejado, para a avaliação do rendimento escolar, ou seja, do aproveitamento do aluno e da qualidade do ensino ministrado pelos professores. Consideravam, ainda, que a eficiência da escola deveria contribuir para o progresso econômico e social do país. Portanto, o aprimoramento da escola estava relacionado à ordem democrática de um país moderno.

O estudo do processo social e histórico de construção dos princípios pedagógicos para a educação, em especial neste momento, no que tange as dimensões da avaliação e da qualidade do ensino, evidenciaram que os artigos, por meio de da legislação de crenças e valores, contribuíram para afirmar um modelo de sociedade calcado no desenvolvimento do capitalismo, nos moldes de uma sociedade moderna e democrática, nos limites que o contexto histórico apresentava.

Referências bibliográficas

ALMEIDA JUNIOR, A. Repetência ou promoção automática? Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos. Rio de Janeiro: INEP, v. XXVII, n. 65, p. 3-15, jan/mar, 1957.

BOITO Jr. Armando. O golpe de 1954: a burguesia contra o populismo. São Paulo: Brasiliense, 1982.

CARNOY, Martin. Educação, Economia e Estado - base e superestrutura relações e mediações. São Paulo: Cortez, 1990.

FREITAG, Bárbara. Escola, Estado e Sociedade. São Paulo: Moraes, 1986, 6 ed.

GANDINI, Raquel Pereira Chainho. RBEP (1944-1952): Intelectuais, Educação e Estado. Tese de doutorado. Campinas: UNICAMP, 1990.

- HALL, Margaret. A importância do diagnóstico educacional. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*. Rio de Janeiro: INEP, v. VIII, n. 23, p. 258-268, jul/ago, 1946.
- HEGENBERG, Leônidas. Avaliação do rendimento escolar pela instrução programada. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*. Rio de Janeiro: INEP, v. XLII, n. 96, p. 409-412, out/dez, 1964.
- LOURENÇO FILHO; HILDEBRAND, Armando. São necessários exames escolares? *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*. Rio de Janeiro: INEP, v. IV, n. 10, p. 51-54, abril, 1945.
- MACEDO, Iza Goulart. Medidas de aproveitamento. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*. Rio de Janeiro: INEP, v. IX, n. 24, p. 52 – 67, set/out, 1946.
- MACHADO, Lourdes Marcelino. A pesquisa educacional no Brasil: breve retrospectiva.
- MENDONÇA, Ana Waleska P. C. Três momentos de uma (já) longa história: o Inep na trajetória pessoal de uma pesquisadora. In: MORAES, Jair Santana (org). *O Inep na visão de seus pesquisadores*. Brasília: Inep, 2008.
- MENDONÇA, Sônia. *A industrialização brasileira*. São Paulo: Moderna. 1995. (Coleção Polêmica).
- PINHEIRO, Lúcia Marques. A homogeneização de classes na escola primária. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*. Rio de Janeiro: INEP, v. XII, n. 34, p. 82-139, set/dez, 1948.
- RODRIGUES, Neidson. *Estado, educação e desenvolvimento econômico*.. São Paulo: Cortez, 1987, 3 ed.
- SAVIANI, Dermeval. *Educação: do senso comum à consciência filosófica*. Campinas: Autores Associados, 2004, 15 ed. Coleção Educação Contemporânea.
- WALL, W. D. Os exames e seus efeitos na educação. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Rio de Janeiro: INEP, v. XXXIII, n. 76, p. 59-75, out/dez, 1959.
- WILSON, H. Martin. Avaliação, promoção e seriação nas escolas inglesas, *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*. Rio de Janeiro: INEP, v. XXII, n. 55, p. 52– 63, jul/set, 1954.